



4º Encontro Internacional de Política Social
11º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Mobilidade do capital e barreiras às migrações:
desafios à Política Social
Vitória (ES, Brasil), 6 a 9 de junho de 2016

Eixo: Questões agrária, urbana e ambiental.

O CAMPO E O CAMPESINATO: DISCUSSÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA MARXISTA

Mailiz Garibotti Lusa¹

Resumo

O trabalho trata sobre o campo e do campesinato e visa refletir sobre elementos que possam aportar teoricamente as discussões sobre a realidade brasileira de fato. Resulta de pesquisa bibliográfica, com base na perspectiva marxista, com abordagem qualitativa. Após apresentada a discussão, desenvolve-se os argumentos levantados nos clássicos marxistas internacionais, Chayanov e Shanin, que discutem a economia camponesa e o campesinato. Ao final, aponta-se a importância da discussão e o desafio de ponderar este debate na realidade e formação sócio histórica brasileiras.

Palavras-chave: Campo. Campesinato. Marxismo.

THE FIELD AND THE PEASANTRY: DISCUSSION FROM THE PERSPECTIVE MARXIST

Abstract

The paper deals with on the field and the peasantry and aims to reflect on the them that could theoretically contribute with to discussions of the Brazilian reality indeed. Results of bibliographic research, based on the Marxist perspective, using a qualitative approach. After presented the discussion develops into the arguments raised in the international marxists classics, Chayanov and Shanin, who discuss the peasant economy and the peasantry. At the end, it points out the importance of the discussion and the challenge of bringing the debate to reality and historical formation socio brazilian.

Keywords: Field. Peasantry. Marxism.

1. INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho parece bastante simples, porém adensa-se por vários motivos, dentre os quais dois se destacam: a diversidade do rural e das ruralidades brasileiras e a densidade dos aportes teóricos que fundamentarão a discussão, mas que tratam desde uma perspectiva internacional e socialista. Pretende-se, através da literatura marxista russa, produzir aportes para futuramente discutir ‘se’ e ‘como’ eles se articulam na realidade do Brasil. Associada a esta literatura, serão

¹ Assistente Social formada pela UFSC, mestre e doutora em Serviço Social pela PUC-SP; professora adjunto II do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: <mailiz@ufrgs.br>.

brevemente tratados traços históricos e cotidianos que possibilitam pensar o quadro brasileiro e a forma como ele requisita o trabalho do Assistente Social.

Os aportes teóricos-metodológicos estão no método crítico dialético e são desenvolvidos a partir de pesquisa bibliográfica, cuja literatura brasileira trata das ruralidades aqui presentes, dos sujeitos do campo (LUSA, 2009; PORTO e SIQUEIRA, 1997; SILVA, 1997; SIQUEIRA; OSÓRIO, 2001), contando com algumas aproximações feitas no exercício do trabalho como assistente social, docente e pesquisadora. O desenvolvimento possui duas seções que apresentam o debate dos dois clássicos marxistas russos. Conclui-se o trabalho trazendo elementos da formação sócio histórica e da realidade brasileira para pensar as suas ruralidades. Espera-se produzir novas indagações e a instigar a continuidade da discussão com o coletivo de pesquisadores que tratam sobre a questão agrária brasileira.

2. O CAMPO E O CAMPESINATO EM CHAYANOV E SHANIN

Primeiramente situa-se o leitor quanto aos autores e suas obras clássicas. Chayanov é economista agrário russo, nascido em 1888, antes da Revolução Russa, e acompanha a Revolução durante a sua juventude e aprofundando seus estudos quando o socialismo soviético recém tinha se instalado. Discute a economia camponesa e, a partir dela, tece indicativos para a compreensão do campesinato. Publica em 1923 sua obra clássica, “A organização da unidade econômica camponesa”, aqui analisada. Shanin é sociólogo, nascido em 1930 num território que pertencia à Polônia, hoje Lituânia, e exerce a docência em Moscou, refletindo, dentre outras questões, sobre o campo e as sociedades camponesas. Escreve em 1966 “Campesinato e sociedades camponesas”, que se torna um clássico das ciências sociais. A referência neste estudo será o artigo “A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista”.

Apesar de considerar que os dois pensadores possuem bases conceituais próximas e que partem da perspectiva marxista para fazer a análise do campesinato, estudar-se-ão as duas teorias em momentos distintos, por considerar que há especificidades no objeto e na metodologia de cada um, o que faz com que suas contribuições diferenciem-se também.

Inicia-se por Chayanov, para quem a compreensão do campesinato está articulada à discussão da economia camponesa, cuja base de sustentação é a organização da unidade e da família camponesa. Já para Shanin, o campesinato é uma classe social, que internamente possui inúmeras especificidades, a depender da realidade vivida, e por isto seria difícil atribuir-lhe um conceito teórico geral.

2.1 O CAMPESINATO, SEGUNDO CHAYANOV

Sua tese encontra-se nos marcos da Revolução Russa (1917), das transformações operadas economicamente, num momento de transição do capitalismo para o socialismo, cujos produtores, majoritariamente, eram camponeses. O autor participava da ‘Escola para análise da organização e produção camponesas’, que pressupunha que a economia camponesa não era uma economia capitalista. Dentre os motivos estava a ausência da categoria salário e o fato de que o retorno financeiro nesse tipo de economia não pode ser considerado lucro, pois o camponês recebe um ‘excedente’ que se configura mais como retribuição e menos como mais-valia.

O autor toma como pressuposto a ideia de que a economia camponesa é algo próprio em si mesmo e sua análise requer um conjunto de conceitos específicos, que possibilitam compreender, por exemplo, os motivos da ausência do lucro (seria por que a força de trabalho empregada era de base familiar e não assalariada?). Esse conjunto de conceitos não poderiam ser simplesmente transplantados do capitalismo, sem a adequação devida. Logo, haveria necessidade de criar uma teoria.

O núcleo da sua tese é o “[...] balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho” (CHAYANOV, 1974, p.10). Associado a ele está o pressuposto de que a noção do valor de troca de seu produto não obedece à teoria do valor de uso, mas sim a noção de satisfação das necessidades. O ponto de partida é que o trabalho e a produção camponesa estariam diretamente ligados à produção de valores que possam satisfazer as necessidades da família camponesa, consideradas, inclusive, em variáveis como o tamanho da família e a quantidade de membros em idade laborativa e em idade de consumo. Resulta disto que a economia camponesa visaria a reprodução social e não o lucro. Isto pode ser observado quando, a cada baixa dos preços no mercado, ocorre um aumento da produção, de forma que este aumento compensaria a diminuição do valor recebido pelos produtos (CHAYANOV, 1974).

Um dos efeitos é que a ‘lei do valor’ resultante da oferta e procura do mercado não regularia o valor estabelecido pelo camponês para seus produtos, isto porque “[...] as transações do pequeno produtor não são guiadas pelo preço de mercado que se iguale, pelo menos, aos custos da produção. Sempre uma parte do trabalho excedente é cedido gratuitamente [...], enquanto conseguir sua subsistência, prosseguirá ele mesmo a sua exploração” (CHAYANOV, 1974, p.12).

Com isso, camponês aparece no mercado apenas como vendedor de seus próprios produtos e não como possuidor de dinheiro e, conseqüentemente, intercambista de mercadorias. Nessas relações estaria impressa a ‘exploração da força de trabalho’, entretanto o diferencial é que ela remete à auto exploração do próprio camponês e de sua família e não à exploração da força de trabalho assalariada.

Associa-se a isso a presença ou ausência da renda absoluta extraída da terra. Seguindo o pensamento de Marx em ‘O capital’, em sistemas econômicos protagonizados por pequenos produtores não existiria renda absoluta, visto que não é retirado lucro da terra a fim de evitar sua depreciação, ou seja, o preço da produção não excede o valor atribuído aos custos da produção. Conseqüentemente,

As únicas realidades econômicas gerais no sistema de exploração familiar são: 1) a renda bruta da exploração; 2) as somas extraídas desta renda são reinvestidas na renovação do capital; 3) o pressuposto da existência da família como força-de-trabalho; 4) as reservas são investidas na própria exploração. (CHAYANOV, 1974, p.77).

Mas, o ponto mais polêmico ainda não é a questão da renda absoluta da terra, e sim a questão da diferenciação dos camponeses. A diferenciação que ocorre é de ordem demográfica e não de ordem social, conforme teria apontado Lênin (KAUTSKY, 1986). Se para o último, os camponeses podem ser classificados como ricos, médios e pobres a partir da compra ou venda da força de trabalho camponesa, para Chayanov a diferenciação tem origem no tamanho e no ciclo de vida da família camponesa. Trocando em miúdos, uma família que possui poucos membros em idade produtiva, mas muitos membros em idade de consumo, terá necessariamente que contratar força de trabalho para satisfazer as necessidades de consumo. Enquanto, outra, cuja maioria dos membros se encontra em idade produtiva / laborativa, ao não dispor de terra suficiente para aplicar a força de trabalho disponível, ver-se-á obrigada a ampliar a quantidade de terras ou a liberar seus membros para o trabalho assalariado em outras propriedades. Neste sentido, tanto a propriedade como a economia camponesa seguiriam o ritmo do

ciclo familiar, “operando com momentos de expansão e outros de retração da produção, conforme a quantidade de membros na qualidade de consumidores e de consumidores / produtores” (CHAYANOV, 1974, p.81).

Assim, um casal cuja família foi recém constituída estaria inicialmente equilibrado no que tange a balança entre consumo e produção. Esta mesma família, com a chegada dos filhos, começaria a ter sua balança modificada, uma vez que o consumo passa a ser maior, sem ter como contrapartida o aumento da produção, visto que os filhos ainda são crianças. Quando estes últimos começarem a produzir, novamente a balança vai modificar-se, todavia não se equilibrando ainda, visto que o trabalho de um adolescente ou jovem não pode ser equiparado ao de um adulto. Assim se seguiriam modificações na balança entre produção e consumo, ao longo do ciclo familiar.

Este pensamento aporta a ‘teoria do balanço entre trabalho e consumo’, entendendo que ela depende especificamente do estudo de aspectos demográficos, muito embora não desconsidere a interferência do sistema econômico global, a fertilidade do solo, localização em relação ao mercado consumidor, relações sociais de produção, formas de organização do mercado local e nível de penetração do capitalismo comercial e financeiro no campo.

Importante perceber que enquanto Marx se dedica a entender porque o camponês cede parte do excedente de seu trabalho para a sociedade, Chayanov direciona seu olhar para o fato do camponês aumentar ou diminuir seu trabalho conforme a satisfação de suas necessidades. Embora partam de pressupostos diferentes, Chayanov e Marx chegam à mesma conclusão: na economia camponesa há a ausência de acumulação de capital.

Os elementos básicos da economia camponesa típica seriam o uso da força de trabalho familiar e a ausência de acumulação de capital.

Indivíduos que, apesar do uso da força de trabalho familiar acumulam capital, por conseguirem uma maior produtividade de seu trabalho, estariam na outra ponta do desenvolvimento de um capitalismo agrário. Assim, mais avançados seriam aqueles produtores camponeses que combinam sua força de trabalho com força de trabalho alheia e, por isto, acumulam capital. (ARCHETTI, 1974, p. 21).

Conclui-se que ambos os tipos de produtores camponeses apresentados por Chayanov e Marx podem ser encontrados nas sociedades agrícolas capitalistas, especialmente no modelo do *farmer norteamericano*. O objetivo seria alcançar a

exploração capitalista pura, que aconteceria quando atingissem uma taxa normal de lucratividade, dentro dos padrões de acumulação capitalista (ARCHETTI, 1974).

Ao analisar a tese em questão, nota-se a utilização da discussão sobre o trabalho produtivo e improdutivo, transferindo a ilustração do ‘chão da fábrica’ para o espaço da ‘propriedade camponesa’, relacionando com este conceito a intensidade do trabalho na agricultura. Neste sentido, aponta, por exemplo, que o pico do uso da força de trabalho na agricultura – no caso russo - ocorre no verão. Além disto, numa mesma região, poderia existir diferença entre as unidades econômicas camponesas, a depender do consumo da força de trabalho.

O terceiro elemento da análise do balanço entre consumo e produção será a ‘fadiga’. Considera-se que a fadiga aumenta conforme aumenta também o consumo familiar e diminui a força de trabalho disponível. Este elemento não pode ser desconsiderado, uma vez que relaciona-se diretamente com o perfil familiar e com o cotidiano de vida e trabalho. Não é difícil compreender que quando há incremento do consumo familiar, sem que ocorra incremento da força de trabalho, ocorrerá um desgaste e, portanto, fadiga, para os camponeses em idade produtiva. Isso implica em mudanças significativas na qualidade de vida dos trabalhadores e das famílias, e pode ter causas externas, tais como a perda – por diversas razões – de um membro da família, ou a perda do potencial produtivo, causado por acidente.

Outra distinção é entre as unidades agrárias capitalistas e as unidades domésticas camponesas. “Enquanto o tamanho da propriedade agrícola é teoricamente ilimitado, a extensão da unidade camponesa está diretamente relacionada com as necessidades de consumo da família e a força de trabalho empregada” (CHAYANOV, 1974, p. 89). O camponês, por não deter condições de ampliar quantitativamente o número de trabalhadores, intensifica a exploração da força de trabalho, aumentando a fadiga. Já o empresário rural capitalista utiliza a intensificação da força de trabalho, associada ao emprego de tecnologias para aumentar sua taxa de lucro, ou seja, o crescimento da mais-valia relativa.

Por fim, a remuneração geral do trabalho desenvolvido na unidade familiar camponesa (renda bruta) é mais importante do que a remuneração individual dos membros, uma vez que esta última dependerá da distribuição das tarefas entre os membros da unidade, podendo um assumir uma atividade mais rentável e outro menos. Além disto, quanto menor for o índice de produtividade camponesa, dada pela relação

entre consumidores e produtores, menor será a taxa salarial individual, se considerado o cálculo direto entre a renda total que entra na propriedade e o número de membros em idade produtiva.

Qualquer que fosse o perfil da unidade camponesa, mais ou menos familiar, mais ou menos capitalista, sempre haveria uma proporção entre as partes e o grau de exploração agrícola. Quanto mais utilizasse apenas a força de trabalho familiar e menos disponibilidade de capital tivesse, mais a unidade se aproximaria do modelo camponês de subsistência e de satisfação das necessidades. Quanto menos força de trabalho familiar empregasse e mais capital tivesse disponível, mais a unidade agrícola se aproximaria do modelo de unidade camponesa capitalista comercial. Portanto, na análise da combinação entre terra, força de trabalho e capital, um dos pontos determinantes é a motivação para o emprego da força de trabalho: se para acumulação de capital ou se para a satisfação das necessidades familiares.

2.2 O CONCEITO DE CAMPONÊS, SEGUNDO SHANIN

Teodor Shanin dedica-se especificamente às definições sobre o camponês. A primeira definição refere-se ao conceito mistificado de camponês, na qual “[...] um camponês não existe em nenhum sentido imediato e estritamente específico. Em qualquer continente, estado ou região, os assim designados diferem em conteúdo de maneira tão rica quanto o próprio mundo” (SHANIN, 2005, p. 1). Isto já aponta para a diversidade camponesa e denota principalmente que, qualquer reprodução de uma ‘definição’ seria como que a reificação de uma realidade que é bastante heterogênea para admitir idealizações únicas e definitivas. Mas, infelizmente tais definições frias e engessadas são feitas, especialmente quando muitos estudiosos tomam emprestadas definições do passado e procuram reconhecer no tempo e local presente os mesmos traços. Definições deste tipo, frequentemente exageram na ‘bucolização’ do campo e do camponês, colocando-o como um grupo social cujo modo de vida e economia teria – de forma geral – estancado no tempo.

A mistificação do camponês impediria de analisá-lo como um indivíduo relacional, situado no ‘agora’ e que, assim, vive as relações no tempo presente. Por outro lado, é indispensável considerar que os camponeses possuem traços mais tradicionais se comparados com outros grupos populacionais, entretanto isso não pode

ser relacionado com o pressuposto atraso do campo e do camponês em relação ao urbano e às relações sociais lá desenvolvidas.

A segunda definição se relaciona ao conceito de camponês como generalização, o que pode retirar a historicidade e a dialética da discussão sobre o campesinato (SHANIN, 2005, p.02). Tais conceituações genéricas indicariam que os camponeses se caracterizariam pelas formas extensivas de produção, autonomia de produção, controle dos meios de produção, economia de subsistência e qualificação de trabalho bastante diversificada, a fim de conseguir resolver todas as demandas surgidas dentro da propriedade rural familiar.

Poderia ser arrolada uma série de características que distinguiriam camponeses dos trabalhadores assalariados, bem como outra série de semelhanças encontradas entre as organizações camponesas. Entretanto, para além de diferenças e semelhanças, o que se deve atentar é para a homogeneização do campesinato, quando, de fato, isto não poderia acontecer. Há mudanças estruturais na sociedade capitalista, que atingem não apenas o espaço rural e, nele, o campesinato, mas todo quadro mais amplo da sociedade. Com isto, não se está negando a importância de que se descubram e discutam as características comuns entre os camponeses, as quais indicam necessariamente a possibilidade de tecer algumas generalizações a seu respeito. É notória a existência de características partilhadas entre os pequenos proprietários e/ou trabalhadores camponeses em uma mesma região, país, continente e, até mesmo, em diferentes regiões do mundo. O reconhecimento dessas características partilhadas conduz a generalizações, que são estratégias importantes nos estudos das ciências sociais, entretanto, o que se deve atentar é para o ‘excesso de generalizações’, as quais não permitem que se faça uma análise segundo as empirias de cada cenário camponês (SHANIN, 2005).

A definição estritamente vinculada a uma tipologia dificulta que dados da formação sócio histórica sejam considerados, assim como o reconhecimento de aspectos da conjuntura atual que interferem nas características do campo e do campesinato de forma relacional e dialética. Dessa forma, corre-se, de um lado, o risco de negligenciar aspectos da realidade macro e micro societária que intervêm na dinâmica camponesa, como por exemplo, os efeitos dos mercados mundiais de produção e comércio e, de outro, a desconsideração de que as histórias e dinâmicas locais produzam efeitos sobre a sociedade ampla.

Aqui está a indicação de que se o conceito de camponês for apreendido apenas como generalização, estar-se-á desconsiderando os processos particulares que ocorrem nos contextos locais. Também se estará descartando a ideia de que os camponeses interagem na sociedade capitalista onde vivem, retirando deles a autonomia e potencialidade de interferirem na sociedade, modificando-a enquanto modificam-se.

A especificidade do camponês reflete a interdependência entre os elementos básicos mencionados e não pode ser pura e simplesmente reduzida a qualquer um deles. Ao mesmo tempo, o cerne de suas características determinantes parece repousar na natureza e na dinâmica do estabelecimento rural familiar, enquanto unidade básica de produção e meio de vida social. Consequentemente, a própria existência do camponês, como uma entidade social específica, depende da presença de estabelecimentos rural familiares como a unidade básica da economia e da sociedade. O camponês deve ser compreendido, portanto, através da investigação das características do estabelecimento rural familiar camponês, tanto internas quanto externas, isto é, suas especificidades reações e interações com o contexto social mais amplo. (SHANIN, 2005, p. 5).

Ora, foi esta abordagem do campesinato que orientou os estudos marxistas sobre os camponeses na Europa, no século XX, considerando as diferenciações entre as sociedades capitalistas e socialistas, mas também a existência de traços comuns do campesinato, mesmo em economias diferentes. Assim, se para os marxistas a questão naquela época era a ‘descaracterização do camponês e seu processo de proletarização’, ou melhor, a velocidade com que esse processo acontecia², hoje, no Brasil, é também necessário conhecer os processos de transformação da sociedade e os reflexos, principalmente, da economia na vida de camponeses, suas famílias e povoados. Conhecendo esses processos de mudança, é possível compreender o percurso que fazem aqueles que mudam de atividade, mas permanecem no mesmo espaço rural, ou aqueles que migram dentro da mesma região ou fora dela, em busca de trabalho temporário ou permanente, no campo e nas cidades, ou até mesmo aqueles que, pauperizados entram nas lutas sociais para acessarem novamente o direito a terra.

Esse processo pode ser relacionado aos estudos sobre o campesinato que tratam sobre a diferenciação a partir da multilinearidade da transformação capitalista da agricultura.

A possibilidade de algumas diferenças no modo como o capital penetra na agricultura, em contraposição aos outros ramos da economia, apontando para a acumulação de capital e para a mudança na agricultura [...]. O principal

² Kautsky (1986) discute o processo de diferenciação dos camponeses e sua hierarquização no quadro econômico entre mais capitalizados e menos capitalizados.

motor da transformação capitalista da sociedade rural foi a indústria, que sobrepujou, subordinou e finalmente destruiu a agricultura camponesa. (SHANIN, 2005, p. 7).

O que está posto nos estudos que adotam esta perspectiva é o fato de que o campo e os camponeses não se encontram numa sociedade ‘à parte’ da sociedade capitalista e, por isso mesmo, vivem os efeitos causados também nas relações entre trabalhadores urbanos e capitalistas, qual seja, o processo de exploração operado por aqueles que detêm o capital e os meios de produção. A característica particular no caso dos camponeses brasileiros é que a exploração no campo atinge também aqueles que são pequenos proprietários, mas cujas propriedades não possuem condições naturais (água e solos férteis, etc), econômicas (tamanho insuficiente, etc) e tecnológicas para produzir. Desta forma, os estudos que trabalham sob a perspectiva da diferenciação são importantes na compreensão sobre quem são os camponeses e sua identificação dentro do próprio campesinato, mas suas contribuições apenas têm relevância se observadas as particularidades em cada contexto local, regional e nacional, visto que a formação social, as formas de governo, a correlação de forças sociais, entre outros elementos, modificam o processo de diferenciação e o modo de vida no campo.

Especificamente sobre o modo de produção, o autor entende que o campesinato não é um modo de produção exclusivo, pois ele não é independente e nem autônomo frente ao modo de produção preponderante nas sociedades. Neste debate aponta, primeiramente para o feudalismo como modo que mais se aproximaria do cotidiano de vida, organização e trabalho do camponês. Ele mesmo vai retirando os fundamentos que sustentariam essa tese, ao dizer que a realidade é infinitamente mais rica e, portanto, plena de possibilidades de organização dos camponeses, que não apenas a partir de um único modo de produção. Os camponeses viveram os modos de produção específicos de cada época, o que reforça a necessidade de considerar as particularidades de cada período histórico e de cada região (SHANIN, 2005).

Nesse sentido, o campo e os camponeses que se está tratando nesse estudo são aqueles que vivem no tempo presente e no Brasil, em cada uma das suas regiões. E nesse contexto deve-se compreendê-los como indivíduos políticos, produtores de valores materiais e ideológicos, que vivem relações sociais próprias do modo de produção capitalista, cuja tônica é exploração da força de trabalho de um lado, para que possa ocorrer a acumulação de capital no outro. Nesse contexto, cada vez mais, a propriedade da terra representa a possibilidade de exercer poder sobre aqueles que não a

detêm, ou que, tendo o título da propriedade de terra, não dispõem de condições para nela trabalhar e produzir. A violência no campo também é uma marca e o poder é exercido através da disseminação do medo. As relações coronelistas de apadrinhamento e de proteção em troca de pequenos favores e apoio eleitoral também são elementos que compõem muitas vezes o cenário brasileiro, atingindo o campo. Nesse cenário os camponeses são classe trabalhadora, que constrói estratégias de sobrevivência frente à realidade política, social, econômica e cultural brasileira.

Neste sentido, reafirma-se os camponeses como classe, ao dizer que

Quando a análise política imediatamente relevante reconheceu o lugar dos camponeses, estes se transformaram, de derivações e deduções, em exércitos e atores; e, simultaneamente, admitiu-se, cada vez mais, a autonomia analítica relativa da classe com relação ao(s) modo(s) e/ou sociedade a que se vincula. Os camponeses tornaram-se, de fato, uma classe, mesmo “dentro de um país capitalista”. (SHANIN, 2005, p.15).

Ora, e como classe trabalhadora – no sentido explicitado pelo autor – os camponeses transformam-se em protagonistas nas terras brasileiras, buscando de diversas formas exercer seu poder enquanto sujeitos políticos detentores de direitos. Dessa forma criam possibilidades para driblar a dominação política e enfrentar os desafios estruturais próprios da formação social brasileira. Tornam-se, assim, sujeitos de sua história social, em cujo modo de vida continua sendo marcadamente o modo de vida camponês.

O contexto da década de 1970 evidenciou as crises financeiras estruturais do modo de produção capitalista. Nele os camponeses voltam a ocupar a cena nos estudos, publicações e debates. Apesar do modismo fruto do contexto que recolocou o campo e o campesinato no foco dos debates, o resultado também foi positivo, visto que logrou conferir visibilidade a essa classe social, geralmente invisibilizada pela sociedade.

Feita esta discussão, passa-se para a desconstrução do termo. A primeira indicação é a de que “[...] o termo campesinato não implica a total semelhança dos camponeses em todo o mundo, e/ou sua existência fora do contexto de uma sociedade mais ampla não-apanas-camponesa e/ou extra-historicidade” (SHANIN, 2005, p.18). Assim, não poder-se-ia generalizar os camponeses tomando uma regra geral de caracterização, tampouco, por outro lado, poder-se-ia retirá-los do contexto mais amplo da sociedade capitalista onde estão inseridos e colocá-los numa ‘imaginária’ sociedade camponesa. Como já afirmado: os camponeses de que se está tratando vivem no tempo

presente e nas terras brasileiras, experimentando os desafios postos pelo modo de produção capitalista, num contexto de violências, de exploração de classes, de dominação latifundiária e de mandonismos políticos.

Também há de se considerar que “[...] os camponeses diferem necessariamente de uma sociedade para outra e, também, dentro de uma mesma sociedade; trata-se do problema de suas características gerais e específicas” (SHANIN, 2005, p.18). Isto apenas confirma que, enquanto classe, os camponeses possuem traços que os identificam, os quais têm relação direta com o tipo de trabalho e com o modo de vida camponês. Entretanto, é imprescindível considerar as especificidades camponesas, as quais apenas são reconhecidas se respeitados os modos de vida dos mesmos, a liberdade e autonomia na organização social e política.

Outra questão é que “[...] os camponeses necessariamente refletem, relacionam-se e interagem com não camponeses; trata-se da questão da autonomia parcial de seu ser social” (SHANIN, 2005, p.18). Isso indica que o camponês não se encontra totalmente subordinado aos ditames da sociedade urbana capitalista, nem mesmo de outras sociedades. Ele goza de relativa autonomia construída a partir dos processos de trabalho e de participação social e política. Ao dizer isto, chama-se a atenção para a necessidade de debruçar o olhar para reconhecer se o camponês consegue, de fato, viver sua autonomia também econômica.

Por último

O campesinato é um processo e necessariamente parte de uma história social mais ampla; trata-se da questão da extensão da especificidade dos padrões de seu desenvolvimento, das épocas significativas e das rupturas estratégicas que dizem respeito aos camponeses. (SHANIN, 2005, p.18).

Logo, a totalidade da sociedade deve ser considerada caso haja desejo e/ou necessidade de compreender o campesinato como grupo social que compõem a sociedade capitalista e que nela vai se relacionando e construindo sua identidade profissional. Mesmo considerando que é no cotidiano de vida que o camponês vai se construindo e definindo, ele não poderá fazê-lo se não estiver relacionado e relacionando-se diretamente com a totalidade que constitui a sociedade capitalista. Compreender estas relações no terreno mais amplo, possibilita reconhecer a força política, econômica e cultural que o campesinato detêm.

3. APONTAMENTOS FINAIS E INDAGAÇÕES QUE NÃO ENCERRAM O DEBATE

As contribuições dos clássicos russos sobre o campesinato possibilitam contrabalançar o olhar sobre o contexto em que vivem pequenos proprietários camponeses, trabalhadores assalariados, camponeses destituídos da propriedade de terra, ocupantes de terras improdutivas, camponeses tradicionais (terras comunais), camponeses proprietários de unidades de pequeno e médio porte e, enfim, latifundiários.

Sem dúvidas, é imprescindível considerar a formação social, política e econômica brasileira, pois apenas o estudo dos clássicos internacionais não fornece elementos para a discussão pretendida. Chayanov apresenta uma análise mais distante do contexto histórico e econômico do atual rural brasileiro, enquanto Shanin, por ser contemporâneo, traz elementos que minimamente instigam perguntas no cenário brasileiro. Apreender nos clássicos os elementos teóricos básicos possibilita encontrar elementos basilares para pensar o campo brasileiro neste início de século XXI.

Para isto, deve se considerar que, desde a exploração colonial até o início do século XVII, a presença camponesa foi invisibilizada, inclusive pela marca do escravismo colonial. A ocupação populacional, a instalação dos centros comerciais, a distribuição de poder entre as famílias mandatárias, a disseminação de um tipo de cultura baseada na dominação e violência das oligarquias tiveram como ponto determinante a exploração da grande empresa colonial. Tal exploração origina a dominação de classe e o uso da violência como práxis nas relações sociais, tornados traços da identidade agrária. A disseminação indígena foi justificada pela indolência e rebeldia desses povos, pois ‘não serviam’ como força de trabalho escrava, visto que não se submetiam aos trabalhos e a dominação europeia.

Com o passar dos séculos, a Lei das Terras (1850) possibilita que o acesso à propriedade da terra aconteça também através da compra ou da transmissão por herança. Ainda assim, a ‘des-concentração’ da propriedade agrária e a distribuição em pequenas unidades camponesas não ocorre, causando pouca interferência no modelo latifundiário, capitalista e explorador instalado desde a colonização pela Coroa Portuguesa.

Chega-se ao século XX sem grandes mudanças na estrutura fundiária do Brasil. Nesse cenário, observou-se a formação de levantes de pequenos e médios produtores que resistiam ao violento processo de expansão das grandes extensões canavieiras. Já a segunda metade do século XX foi marcada pela expulsão da população

agrícola, com a modernização da economia brasileira e a instalação da indústria de base, o que intensifica seu direcionamento para os centros urbanos e, dentre eles, especialmente para as capitais. Não obstante isto, em todas as regiões, já no século XXI nota-se ainda a presença da unidade camponesa de produção familiar mais ou menos forte, mas sempre às margens das grandes e médias propriedades.

Há de se considerar também que, embora dizimados, os povos indígenas ainda ocupam pequenos territórios em cada um dos estados brasileiros. E que, como o seu território foi reduzido (comprimido e imprensado entre as propriedades de agricultura), modificou-se significativamente seu modo de vida e de trabalho tradicionais. É semelhante o que ocorre com os territórios quilombolas já reconhecidos pelo Estado brasileiro, outros em fase de reconhecimento e outros ainda reivindicando por ele. Nestes territórios, indígenas ou quilombolas, a ocupação das terras e a produção ocorrem de forma comunal. A produção é voltada para a reprodução social e também para a pequena comercialização de produtos artesanais que abastecem os mercados locais. O escoamento dessa pequena produção camponesa acontece, principalmente, através das feiras nos centros urbanos. Resulta deste cenário extremamente desigual de acesso, posse, propriedade e uso da terra o último elemento a ser tratado neste trabalho: as ocupações de terras por camponeses organizados em movimentos sociais, dentre os quais se destaca o Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Essa presença tem sido constante em todo Brasil e, conseqüentemente, os conflitos marcam o traço da violência como aspecto comum nas relações sociais cotidianas.

A partir desse panorama geral é possível perceber a diversidade de organização econômica, política, social e cultural presentes no campo. Considerada a formação sócio histórica, também nota-se a forte presença de significativo contingente de camponeses pauperizados ou em processo de pauperização. São essas as populações que buscam atendimento, ou que deveriam ser atendidas pelo Estado através dos serviços sociais, considerados objetivamente os direitos sociais de caráter universal preconizados na Constituição Federal de 1988.

Neste quadro geral: quais os fundamentos teóricos-metodológicos mais apropriados para discutir a diversidade do campo brasileiro, expressa nas diferentes ruralidades? Quais as demandas sociais que surgem das mulheres e homens trabalhadores do campo? Como o Estado responde a elas? E, finalmente, como o Serviço Social reconhece neste contexto rural suas requisições profissionais?

Ainda não se tem respostas para estas questões. Entretanto, espera-se que o debate de alguns fundamentos teóricos sobre o campo e as ruralidades, aqui apresentados, despertem interesses dos pesquisadores para a ampliação desta tão importante e necessária discussão.

REFERÊNCIAS:

ARCHETTI, Eduardo P. Presentación. In: CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad camponesa**. Traducción de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CARNEIRO, Maria José. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Campinas, n.11, p. 53-75, out./1998. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad camponesa**. Traducción de Rosa Maria Rússovich. Buenos Aires : Ediciones Nueva Visión, 1974.

KAUTSKY, Kahl. **A Questão Agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986. [Coleção 'Os Economistas'].

LUSA, Mailiz Garibotti. **Do chão do cotidiano, o protagonismo do Movimento de Mulheres Camponesas em Terras Catarinas**: uma trajetória de lutas, construindo identidade e conquistando autonomia. Programa de Estudos Pós Graduated em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2009.

PORTO, Maria Stela Grossi e SIQUEIRA, Deis. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. In: PORTO, Maria Stela Grossi (org.) **Politizando a tecnologia no campo brasileiro**: dimensões e olhares. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p.76-88.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, ano 8, n.7, jul./dez. 2005.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. In: SHIKI, S.; SILVA, José Graziano da (orgs.). **Agricultura, Meio Ambiente e Sustentabilidade no Cerrado Brasileiro**. Uberlândia: Embrapa-UFU; Campinas: UNICAMP, 1997.

SIQUEIRA, Deis; OSÓRIO, Rafael. O conceito de rural. In: GIARRACCA, Norma (org.). **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Buenos Aires: CLACSO, 2001. (Colección Grupos de Trabajo CLACSO). p.67-79.